

QUERO-QUERO VERDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ sob nº 01.722.480/0001-67 | NIRE nº 4330004716-4

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO									
A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Lojas Quero-Quero S.A., e tem como principais negócios a administração de cartões de crédito, próprio ou de terceiros, promovendo para tanto, o cadastro, a cobrança extrajudicial e as demais medidas correlatas necessárias à consecução do seu objeto social. A Companhia opera no mercado de cartões de crédito pós-pago, na gestão de conta de pagamento pré-paga e tem como principal objetivo dar suporte ao crescimento do segmento de varejo operado pela Lojas Quero-Quero S.A. Portanto, seu propósito é fornecer soluções de meios de pagamento e de crédito para seus clientes, que podem ser utilizadas tanto nas lojas da controladora quanto em estabelecimentos comerciais terceiros, com o intuito de assegurar aos clientes uma plataforma transparente, completa e sustentável, agregando valor ao negócio e aos clientes.					estratégica para ampliar o alcance da VerdeCard em regiões onde as lojas físicas da Lojas Quero-Quero ainda estão em processo de consolidação, ajudando a fortalecer o posicionamento da marca em novos mercados. O cartão pós-pago permanece como a principal frente de negócios da Companhia, fornecendo crédito acessível ao consumidor final, com forte aderência no varejo.				
Durante o segundo semestre de 2025, todas as linhas de negócio operadas pela VerdeCard mantiveram trajetória de crescimento, refletindo a consolidação da Companhia como uma plataforma robusta de soluções de pagamento, com foco na emissão de cartões de crédito e na oferta de serviços financeiros.					• Cartão Pré-Pago (débito): A modalidade de cartão pré-pago apresentou crescimento de 32% frente ao segundo semestre de 2024, totalizando R\$ 41 milhões transacionados. Apesar do volume transacionado ainda não representar um impacto significativo no resultado da Companhia, o avanço consistente reforça o potencial de desenvolvimento desta linha, impulsionado majoritariamente pela penetração deste serviço na base de clientes ativos do cartão de crédito.				
• Cartão Pós-Pago: O volume transacionado por meio dos cartões pós-pagos totalizou R\$ 2,0 bilhões no período , o que representa um crescimento de 21% em relação ao segundo semestre de 2024. Esse desempenho está sustentado por campanhas direcionadas ao aumento da utilização do cartão como meio de pagamento principal pelos clientes ativos. A parceria com a ELO Serviços S.A. continua sendo					• Conta Pré-Paga: O saldo médio em contas de pagamento pré-pagas cresceu 38% no período, refletindo maior fidelização da base de clientes e maior utilização da conta como instrumento de gestão financeira no dia a dia. Esse indicador reforça a tendência de aceitação do produto como parte integrante do ecossistema VerdeCard, que tem sido cada vez mais percebido por nossos clientes como uma solução completa em meios de pagamento.				
• Cartão Pós-Pago: O volume transacionado por meio dos cartões pós-pagos totalizou R\$ 2,0 bilhões no período , o que representa um crescimento de 21% em relação ao segundo semestre de 2024. Esse desempenho está sustentado por campanhas direcionadas ao aumento da utilização do cartão como meio de pagamento principal pelos clientes ativos. A parceria com a ELO Serviços S.A. continua sendo					• Pix: As transações via Pix mantiveram ritmo acelerado de crescimento, totalizando R\$ 2.990 milhões no segundo semestre de 2025, com 16,2 milhões de operações realizadas. Ainda que o Pix já seja amplamente utilizado no país, os dados da Companhia indicam uma adoção crescente por parte				
dos nossos clientes, que cada vez mais concentram suas transações no ambiente digital da VerdeCard. O desempenho positivo do semestre é resultado da capacidade da VerdeCard de adaptar seus produtos às demandas do mercado, aliando inovação, agilidade e foco na experiência do usuário. A Companhia encerrou o semestre com uma posição de caixa sólida e adequada cobertura de capital, em conformidade com os requisitos prudenciais. Essa estrutura financeira saudável garante resiliência e flexibilidade para absorver o crescimento das operações e seguir investindo em tecnologia, expansão comercial e novos serviços. A Administração reforça seu compromisso com a sustentabilidade do negócio, a excelência na prestação de serviços e a geração de valor de longo prazo alinhado aos interesses dos parceiros comerciais e às necessidades dos clientes.									
BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)				
ATIVO					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)				
Notas Explicativas					Notas Explicativas				
Disponibilidades..... 5 2.683					2º Semestre de 2025 31/12/25				
Instrumentos financeiros..... 6 674.281					Lucro líquido 19.068 27.556				
Relações interfinanceiras..... 6 60.460					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Títulos e valores mobiliários..... 5 e 7 138.337					(b) Carteira C2: 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento);				
Operações de cartões de crédito..... 8 469.875					(c) Carteira C3: 3,7% (três inteiros e sete décimos por cento);				
Outros créditos..... 9 5.609					(d) Carteira C4: 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento); e				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito..... 10 (11.169)					(e) Carteira C5: 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento).				
Ativos fiscais correntes e diferidos..... 16 b) 10.469					O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deve corresponder, no máximo, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto da operação.				
Devedores por depósitos em garantias de contingências .. 15 d) 1.450					3.7. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, bancos, e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial.				
Outros ativos..... 9 1.616					3.8. Relações interfinanceiras - Correspondem ao registro dos montantes referentes às transações de pagamentos relativos aos valores a receber e a pagar de clientes, bancos e de instituições financeiras.				
Outros valores e bens..... 11 362					3.9. Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos e (ii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.				
Investimentos..... 14 14					3.10. Operações de cartões de crédito - As operações de cartões de crédito referem-se a transações realizadas de compras à vista ou parceladas, dos titulares dos cartões VerdeCard, cartões estes emitidos pela Companhia, tanto na modalidade private label, quanto na modalidade de utilização em compras em estabelecimentos conveniados e são mensurados pelo seu custo amortizado. Nas transações com cartão de crédito, a Companhia transfere os recebíveis em atraso de forma definitiva e sem direito de regresso para as Instituições financeiras parceiras do cartão, proporcionando por esse motivo o desreconhecimento desses contatos a receber, e desta forma a Companhia não possui contas a receber de operações de crédito em atraso.				
Imobilizado de uso..... 12 416					3.11. Baixa e transferência de ativos financeiros - A baixa de um ativo financeiro, conforme determinado pela Resolução BCB nº 352/23, se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia, no caso as operações de cartões de crédito, são classificados como operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, onde o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação através da venda incondicional do ativo financeiro.				
Imobilizado..... 11 611					3.12. Passivos financeiros - Os passivos financeiros referem-se aos montantes contabilizados em depósitos a prazo e são classificados e mensurados pelo seu custo amortizado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou extinta. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.				
(-) Depreciação acumulada..... 13 (565)					3.13. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a contribuição social para a data destas demonstrações financeiras foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável. São reconhecidos os custos e diferenças temporárias decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na extensão em que sua realização seja provável. Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos à aprovação da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.				
Intangível..... 13 34.107					3.14. Incentivos fiscais - A Companhia usufrui de incentivos fiscais utilizados como redutores na apuração, ou no abatimento do imposto de renda e contribuição social devidos, como gastos com inovação tecnológica, Programa Empresa Cidadã, projetos relacionados a Lei de Incentivo à Cultura, Incentivo ao Desporto, Fundo do Idoso, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Apoio à Atenção Oncológica, e Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).				
Intangível..... 13 64.845					3.15. Outros valores e bens - Referem-se a despesas pagas antecipadamente, e estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.				
(-) Amortização acumulada..... (30.738)					3.16. Imobilizado de uso - É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.				
Total do Ativo..... 713.497					3.17. Intangível - Registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido de amortização acumulada. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 que leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos direitos. Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.				
Total do Passivo..... 713.497					3.18. Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment) - Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos", são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso. Para os ativos intangíveis com vida útil definida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado quando da baixa do ativo.				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					3.19. Provisões para riscos - Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					3.20. Remuneração do capital próprio - Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo na rubrica de "Sociais e estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					3.21. Resultados recorrentes e não recorrentes - A Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					3.22. Lucro por ação - O lucro básico e diluído por ação da Companhia é o mesmo, uma vez que para a data destas demonstrações financeiras não existem instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o lucro por ação, e é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o período.				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					A aplicação das políticas contábeis exige da Administração o exercício de julgamento e a elaboração de estimativas, que levam em conta a experiência histórica e avaliação subjetiva de riscos. Em consequência, os efeitos reais dos eventos estimados podem diferir das estimativas, exigindo sua reavaliação contínua. Os efeitos decorrentes de revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que a revisão ocorre, se afetar apenas esse período, e também em períodos posteriores, se a revisão afetar também períodos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, amortização e impairment do ativo intangível, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.				